

JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XXII - Edição 115 - ABRIL 2021

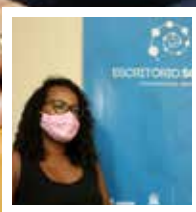
**Presidente do Poder
Judiciário, Des. Edson
Ulisses de Melo,
conta como
será a gestão
até 2023**



pág 08



**Plano de Gestão 2021-2023 tem
mais de 200 projetos**



pág 16

**Escritório Social atende a
egressos do sistema prisional**

DEM AÍ... **PRÊMIO** **TJSE**DE **JORNALISMO**

Categorias

Jornalismo impresso

Radiojornalismo

Telejornalismo

Webjornalismo

Fotojornalismo

**Acompanhe as redes sociais
do TJSE e fique por dentro!**



@tjsergipe



@tjseoficial



@tjsergipe



tjsergipe



TJSE
GESTÃO
2021-2023



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

Editorial

Há mais de um ano estamos vivendo a pandemia do coronavírus, mas o trabalho realizado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe segue seu rumo. Com algumas adaptações, claro, mas sob a ótica de uma nova gestão. Por isso, nesta edição, trouxemos uma matéria sobre a importância das vacinas e também sobre o planejamento que será seguido até 2023.

O plano de gestão ainda foi tratado na entrevista do Desembargador Edson Ulisses de Melo, que assumiu a Presidência do Poder Judiciário sergipano no dia 1º de fevereiro. Ele contou à equipe da Diretoria de Comunicação como pretende administrar o Tribunal de Justiça. Uma das prioridades é aproximar o Judiciário da sociedade.

Apaixonado por literatura, o novo Presidente é autor de dois livros bem originais, um compêndio de textos que circulam em aplicativo de mensagens. Por isso, inserimos a partir desta edição a seção *Sabedoria Popular*, que trará alguns desses textos. É para refletir e também se divertir um pouco. Boa leitura!

Luciano Araújo
Diretor de Comunicação do TJSE



04

Entrevista: Des. Edson Ulisses de Melo, Presidente do Poder Judiciário de Sergipe



08

Evolução com macrodesafios: Juíza explica como foi elaborado Plano de Gestão 2021-2023

- 12 **Judicial social:** homens autores de violência doméstica participam de grupos reflexivos
- 16 **Pronto Serviço:** Escritório Social encaminha ex-detentos para mercado de trabalho
- 19 **Com Saúde não se Brinca:** Diretora do Centro Médico fala sobre vacinação contra Covid-19
- 22 **Vivas Memórias:** Des. José Alves Neto relembra trajetória no Judiciário
- 25 **Sabedoria popular:** Esse tal de Zap Zap

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor de Comunicação **LUCIANO ARAUJO**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**

Reportagens **JANAINA CRUZ, DENISE RODRIGUES**

Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Projeto gráfico **GEYZON AMARAL**

Editoração eletrônica **JEAN CARLO DA SILVA**

Revisão **RONALDSON SOUSA**

De origens indígenas a Presidente do TJSE

Desembargador Edson Ulisses de Melo conta como
pretende administrar o Judiciário sergipano

Nascido às margens do rio São Francisco, na Ilha do Ouro, em Porto da Folha (SE), em 24 de agosto de 1948, a trajetória do atual Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) é como a de muitos meninos que saíram do interior e venceram na vida graça aos estudos. Descendente dos índios Xocós, por parte de mãe, aos 19 anos, já órfão e morando na cidade de Propriá (SE) com dois irmãos, foi aprovado em um concurso do Banco do Nordeste, instituição na qual se aposentou e chegou a ser Chefe da Assessoria Jurídica. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Sergipe, em 1975. Ocupou diversos cargos públicos, como Procurador-Geral do Estado de Sergipe. Foi Presidente e também Vice-Presidente da OAB Sergipe e Conselheiro Federal da OAB, por três mandatos, onde presidiu a Comissão de Direitos Humanos. Em 4 de abril de 2008, encabeçou a lista sêxtupla da eleição realizada pela OAB/SE; compôs a lista tríplice, escolhida pelo Pleno do TJSE, em 28 do mesmo mês; sendo nomeado Desembargador pelo então Governador do Estado, Marcelo Déda. Em 12 de maio de 2008, tomou posse como Desembargador do TJSE. No dia 10 de fevereiro deste ano, foi empossado Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe. Nesta entrevista, ele revela como pretende conduzir o Judiciário, fala sobre o plano de gestão e também sobre uma paixão: a literatura.

“Direitos humanos é você fazer a lei ser respeitada”

O senhor já atuou como advogado, foi Presidente da OAB Sergipe, Conselheiro da OAB nacional e Procurador do Estado. O que essas experiências podem agregar na condução do Tribunal?

Essas experiências são muito importantes. Por um bom tempo, geri interesses privados, entrelaçados a trabalhos na administração pública. Então, creio esse somatório de experiências me habilitam para uma gestão com melhor foco. Quando se trata do Poder Judiciário, há peculiaridades. A gestão precisa ser observada num foco diferenciado. Mas a experiência por esses órgãos claro que me dão um conforto maior na gestão que agora estou a exercer.

Em toda sua trajetória, o senhor teve como bandeira a defesa da dignidade da pessoa humana. Como o senhor pretende continuar atuando na área dos direitos humanos frente à Presidência do Tribunal?

Na minha trajetória como advogado, sempre defendi os direitos fundamentais da pessoa humana. E isso me traz uma certa tranquilidade. Percebo que no Tribunal já se exercita muito bem a defesa dos direitos humanos, com a preocupação com os presídios, a defesa dos direitos da mulher. O Tribunal tem uma Coordenadoria destinada somente a isso. Tem feito avanços e conseguiu trazer para Sergipe a destinação de verbas para implantação da Casa da Mulher Brasileira.

Infelizmente, ainda não foi possível começar a construção em decorrência da pandemia. Quanto ao tratamento da criança e do adolescente, temos um trabalho sério também, que agora será exercido por outra magistrada. Optei por uma magistrada em cada uma das Coordenadorias – da Mulher e da Infância e Juventude – justamente para dar maior ênfase aos projetos das duas áreas. Ainda temos as audiências de custódia, o Escritório Social, que é um instrumento de validação de direitos inerentes ao preso. Ou seja, direitos humanos é você fazer a lei ser respeitada. Não é, por exemplo, isentar o preso da sua responsabilidade de cumprir a pena. Mas cumpri-la dentro do que a lei estabelece, nem a mais, nem a menos. Isso não quer dizer que você vá tratar o preso com benefícios diferenciados. Essa é a vertente que o Tribunal de Justiça de Sergipe pretende levar adiante, no sentido de cumprir a Constituição

“No campo do diálogo, vamos conversar com a imprensa, aproximando a sociedade do Tribunal”

O Tribunal de Justiça de Sergipe é reconhecido como um dos melhores do país. O senhor acredita que a consolidação do Planejamento Estratégico é uma ferramenta que impulsiona esses resultados?

O Tribunal de Justiça de Sergipe foi um dos primeiros do Brasil a implantar um sistema de planejamento estratégico. Eu me recorde de uma passagem, em que eu estava no Conselho Nacional de Justiça, quando se abordou acerca do planejamento estratégico. Estavam todos preocupados com a implantação, e eu, naquele momento, disse que Sergipe já havia implantado. Foi uma surpresa para eles. Nosso Tribunal tem se pautado na continuidade desse planejamento, observando os focos que vêm sendo determinados pelo CNJ, criando vetores que orientam as gestões. Com isso, temos resultados favoráveis, com a conquista do Selo Ouro, Selo Diamante; sendo considerado um dos Tribunais que prestam a jurisdição de melhor qualidade em todo país. Um Tribunal que se revela como excelente no cenário nacional. Isso é fruto dessa continuidade, acompanhando um direcionamento que não é quebrado quando muda a gestão. Ou seja, a gestão anterior é valorizada, ampliando-se cada vez mais aquilo que se constatou como exitoso. E é isso que pretendo fazer na minha gestão. Estou baseando meu plano de gestão nas orientações do CNJ e na visão de um novo Judiciário, emanada também agora na gestão do Ministro Luiz Fux.

O primeiro eixo do Plano de Gestão para o biênio 2021-2023 é 'Cidadania, diálogo, cultura e memória'. O que se pretende com ele?

A memória do Judiciário precisa ser preservada. Precisamos mostrar ao público

quem foram as personalidades sergipanas que se destacaram no cenário nacional e internacional. Por exemplo, o prédio do Palácio da Justiça se chama Tobias Barreto de Meneses. Pretendemos comemorar o aniversário dele com palestras, discussões aqui na capital e também prestigiando a cidade onde ele nasceu. E vários outros, como Gumersindo Bessa. Sergipe tem muitos talentos a mostrar, pessoas que foram valorizados em suas épocas, mas hoje não são lembrados. No campo do diálogo, vamos conversar com a imprensa, aproximando a sociedade do Tribunal, criando pautas positivas e até cursos para que haja um melhor diálogo. Queremos que o Tribunal tenha uma boa convivência com a mídia. No aspecto da cultura, a ideia é realizar exposições e se aproximar mais das universidades. A academia precisa ter um intercâmbio com o Judiciário, discutindo os projetos de lei, as alterações dos Códigos. E assim pretendemos abrir discussões jurídicas para todos, até para os leigos, para que saibam melhor dos seus direitos.

“Queremos uma gestão mais aberta e acolhedora”

O segundo eixo, 'Pessoas e Gestão', é voltado para o público interno. Em que ele consiste?

Estamos passando por uma reinvenção dos métodos de trabalho. Percebemos, agora na pandemia, que houve uma procura grande pelo *home office*. No Tribunal de Justiça de Sergipe, essa escolha foi muito

bem amparada pelo alto nível de tecnologia que conseguimos alcançar, permitindo que se produzisse mais do que presencialmente. Isso foi uma lição para o Tribunal. Vamos aperfeiçoar o trabalho remoto, estabelecendo regras para que os servidores não fiquem atrelados a um trabalho diuturno. Vamos inclusive estudar formas de premiação, não só financeira, mas de reconhecimento social. Nossa preocupação é valorizar todos que integram o Poder Judiciário.

Os dois últimos eixos tratam de excelência, tanto na área-meio quanto na área-fim. Como alcançar esse objetivo?

Na área-meio pretendemos valorizar cada vez mais o servidor, propiciando formas de trabalho com mais conforto. Queremos dialogar com o servidor. Teremos um projeto chamado 'Fale com o Presidente', no qual o servidor poderá agendar e fazer suas reclamações diretamente para o Presidente do Tribunal. Queremos uma gestão mais aberta e acolhedora. Na área-fim, acredito que o Tribunal tem evoluído bastante. Os magistrados, com o apoio dos servidores, têm cumprido as metas estabelecidas pelo CNJ.

Além de cuidar do Poder Judiciário sergipano, o senhor continuará seus projetos na área da literatura?

O primeiro livro que publiquei, *Reflexões Cidadãs*, foi resultado de discursos e palestras que fiz durante muito tempo. Tinha

consciência que isso deveria ser guardado. Chegando a um ponto que, pelo volume que já existia, percebi que poderia publicar. Depois, após o somatório de muito conhecimento da cultura popular, já que meu pai, principalmente, gostava bastante de adágios e pequenos versos, acabei tendo a ideia para outro livro. Acrescentei algumas informações e publiquei minha segunda obra, chamada *Sabedoria Popular*, na qual se encontra uma variedade de cantigas infantis, frases de para-choque de caminhão, poesias, enfim, coisas do dia a dia da população. Especialmente aquelas coisas presentes nas cidades pequenas

e que na cidade grande se dispersam. Creio que justamente por isso, foi um livro aceito pela comunidade escolar. A Prefeitura de Aracaju comprou 200 exemplares porque o Conselho de Educação considerou esse um livro paradidático. Ou seja, aquele que auxilia na educação das crianças. A mesma coisa fez o Estado. Após algum tempo, percebi que no WhatsApp circulavam muitas mensagens com informações interessantes, orientações, piadas, histórias engraçadas. Normalmente, quando recebemos esse tipo de conteúdo, lemos e logo esquecemos ou perdemos. Minha preocupação era deixar

isso preservado. Assim, decidi colocá-las em um livro, que denominei *Sabedoria Popular II – Máximas, reflexões, outros saberes e amenidades no Zap Zap*. Agora, a segunda edição dele já está no prelo. E ainda tenho um outro livro encaminhado, com crônicas prontas, que espero que seja publicado até o final de 2021. São crônicas que enfocam minha vida no interior, certos fatos. Falam sobre coisas que eu observo, como a mudança de habitat do carcará e das garças, o canto das cigarras. Inclusive sobre a pandemia, o machismo e o feminicídio.





Juíza Auxiliar da Presidência, Maria da Conceição da Silva Santos, coordenou a Comissão de Transição

Plano de Gestão 2021-2023 contempla mais de 200 projetos

Dividido em três ciclos, projetos deverão ser efetivados até julho de 2022

Comprar uma casa, viajar, ter um filho. Grandes sonhos exigem planejamento. E no trabalho não é diferente. Se conseguimos colocar os planos no papel, traçar as metas e dividir cada passo em etapas se torna mais fácil alcançar os objetivos. Justamente por isso, o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) investe na cultura do planejamento estratégico e cada Desembargador, ao assumir a chefia do Poder Judiciário, traça juntamente com sua equipe um plano de gestão. O

atual, para o biênio 2021-2023, traz cinco eixos prioritários, que contemplam mais de 200 projetos que deverão ser efetivados até julho de 2022.

Os eixos são: Cidadania, Diálogo, Cultura e Memória Judiciária; Pessoas e Gestão; Transformação digital; Excelência da área-meio; e Excelência da área-fim. “Não se constrói nada e não se tem resultados almejados se você não planeja, se não pensa antes e se objetivos não são

estabelecidos. Então, foi definido em conjunto o que o Desembargador Edson Ulisses desejava fazer em dois anos, durante a gestão dele. A partir das ideias, começamos a planejar e alinhamos ao planejamento estratégico já existente os eixos do plano de gestão”, explicou Maria da Conceição da Silva Santos, Juíza Auxiliar da Presidência do TJSE e Coordenadora da Comissão de Transição.

Conforme a magistrada, os eixos foram escolhidos conforme as prioridades estabelecidas pelo atual Presidente do Poder Judiciário. “Assim que escolheu os integrantes da equipe, o Desembargador Edson nos chamou para reuniões e esclareceu quais eram os objetivos da gestão. As prioridades estabelecidas foram levadas para os eixos do plano de gestão. Tudo também foi adequado ao planejamento estratégico do próprio Tribunal e também ao do Conselho Nacional de Justiça, alinhados aos projetos do Ministro Fux”, esclareceu a magistrada.

Para que isso fosse possível, vários setores do Tribunal foram envolvidos na elaboração do Plano de Gestão. “Foi algo muito bonito de se ver. Todos setores foram chamados para falar como estavam executando os projetos e apontar as necessidades. A partir disso, tivemos um diagnóstico do que o Tribunal precisava. Depois, agregamos algumas

ideias que poderiam contribuir para a evolução do nosso Judiciário”, salientou Conceição, lembrando que o Plano de Gestão foi dividido em três ciclos, com metodologias de acompanhamento de execução dos projetos.

“Essa metodologia do acompanhamento vai ser qualiquanti. Ou seja, vamos verificar em termos numéricos, sendo que algumas ações poderão ter facilmente esse número exposto ao final. E também pretendemos oferecer uma mensuração qualitativa. Todo esse acompanhamento será feito por uma comissão, chamada Caplag, capitaneada pelo Presidente. Quando cada gestor assumiu sua cadeira, em fevereiro, já sabia o que deveria fazer. Isso possibilitou, desde o primeiro dia, que os projetos fossem deslanchados”, enfatizou a magistrada. Assim, ao final de cada ciclo, serão apresentados resultados efetivos.

Ciclos

Os ciclos do Plano de Gestão 2021-2023 foram definidos para conclusão integral dos projetos, tendo como data inicial 02 de fevereiro de 2021. O agrupamento por ciclos facilita o acompanhamento dos status dos projetos e direciona o foco de execução. Assim, os três ciclos foram divididos da seguinte forma: os projetos do primeiro ciclo devem ser concluídos até os 100 primeiros dias da gestão, ou seja, até 10 de maio de 2021; o segundo até 19 de dezembro de 2021; e o terceiro até 31 de julho de 2022.



Veja o que pretende cada um dos cinco eixos

Eixo 1: Cidadania, diálogo, cultura e memória judiciária

- Aprimorar o processo de comunicação interna e externa no TJSE, viabilizando meios para o compartilhamento e disseminação de informações;
- Promover a abertura do Judiciário para as mídias de comunicação;
- Desenvolver projetos e ações para o aumento da efetividade do Arquivo Judiciário como órgão de Justiça e Cultura; da Biblioteca, como órgão de organização, tratamento e disseminação da informação; e Memorial, como órgão de divulgação da memória judiciária.

Eixo 2: Pessoas e Gestão

- Repensar a gestão de pessoas, no sentido de deslocá-la de um posicionamento técnico-funcional, ainda predominante, para elevá-la a um alto desempenho, implantando uma nova modelagem que permita atingir tal condição;
- Atender a necessidade de reposição de servidor, levando em consideração as grandes mudanças tecnológicas que estão transformando o mundo;
- Garantir o suporte eficaz para o cumprimento, pelos servidores, da missão institucional;
- Implementar ações visando impedir que os gastos aumentem, consumindo os recursos sem que haja uma contrapartida de eficiência e qualidade nos serviços prestados, garantindo a adesão do servidor aos planos da gestão;
- Promover a valorização dos servidores;
- Distribuição equitativa de verbas e força de trabalho entre 1º e 2º Graus de jurisdição;
- Melhorar os critérios numéricos para avaliação de produção, através de políticas que visem não apenas atingir números, mas contemplem o bom desempenho funcional e a valorização da pessoa humana;

- Evidenciar o compromisso com o sentimento coletivo, conhecendo e atendendo as metas associativas.

Eixo 3: Transformação Digital

- Operar dentro dos princípios básicos de economia em TI (produção em menor tempo, com baixo custo financeiro e boa qualidade), buscando garantir agilidade e eficiência;
- Criar ferramentas específicas que atendam e aperfeiçoem constantemente os procedimentos do Judiciário sergipano;
- Possibilitar a aplicação de sistema especialista de Inteligência Artificial no TJSE.

Eixo 4: Excelência da área-meio

- Executar o Planejamento Estratégico;
- Aprimorar as políticas de atendimento e acessibilidade aos jurisdicionados, especialmente as pessoas com deficiência;
- Promover iniciativas e ações internas que contribuam para uma maior sustentabilidade e conservação do meio ambiente;
- Comprometimento com o desenvolvimento sustentável e redução do espaço físico ocupado pelo Judiciário, não olvidando da garantia ao acesso à Justiça;
- Observar que se conhecendo as rotinas e procedimentos integrantes do processo - continuamente sob análise e adequação - é possível corrigir distorções, redefinir o fluxo operacional, criar alternativas e melhorar os modelos gerenciais.

Eixo 5: Excelência da área-fim

- Buscar a excelência na prestação jurisdicional com recursos otimizados e direcionados para esse fim, melhorando a qualidade de vida de magistrados e servidores.

Homens autores de violência doméstica participam de grupos reflexivos

No projeto Homem com H, homens refletem sobre violência praticada contra mulher

Determinação existente na Lei Maria da Penha sai do papel e se torna política pública em Sergipe

Domingo, tarde de novembro de 2020. José e Maria* estavam no Centro de Aracaju. O flanelinha e a namorada combinaram de comprar ingredientes para fazer uma macarronada, em casa. No caminho, ela encontrou algumas amigas e decidiu parar para tomar uma cerveja. Ele não gostou. Arrastou-a pelos braços e a agrediu. A Guarda Municipal flagrou a cena e levou José para a delegacia. No dia seguinte, ele participou de uma audiência de custódia, foi liberado pelo juiz para responder pela agressão em liberdade e encaminhado a um grupo reflexivo destinado a autores de violência doméstica.



Um grupo assim deixa a gente preparado para quando vier o conflito, disse um dos homens atendidos no CIAP

“Vinha puxando ela pelos braços, cheio de ódio. Às vezes, a gente quer pegar um defeitozinho da mulher e ver mais que as qualidades. Isso acaba trazendo a gente pra cá ou até para prisão. Porque quando o homem tá decepcionado é como se fosse um leão na selva”, contou José, que foi encaminhado para o grupo reflexivo da Central Integrada de Alternativas Penais de Sergipe (CIAP). A Central, inaugurada em maio de 2020, é vinculada à Secretaria de Estado da Justiça (Sejuc) e tem como objetivo promover a reinserção social das pessoas que cumprem alternativas penais.

A primeira turma do grupo reflexivo do CIAP foi iniciada em dezembro de 2020. Assim como

outros homens encaminhados pelo Judiciário, José vai ao grupo uma vez por semana. “Um grupo assim deixa a gente preparado para quando vier o conflito a gente saber definir o que é certo e errado. Tem que ter uma ajuda psicológica porque é difícil segurar as provas de angústia, decepção, derrota e raiva. É um direito de todo ser humano viver em paz e procurar a pessoa certa”, opinou.

Não foi a primeira vez que José foi preso por violência doméstica. A diferença é que depois da terceira prisão, ele foi encaminhado ao grupo e, agora, já se nota uma mudança de mentalidade. “O grupo ajuda a gente a enxergar mais a mulher por dentro e por fora. Ver mais as qualidades e não defeitos.

Eu não vou mais deixar isso acontecer. Era para ter sido um domingo normal, mas por causa de uma simples coisa não foi. Deveria fazer o que tinha pensado antes, que era ir para casa, e ter deixado ela. Nada disso teria acontecido. Quando um não quer, dois não brigam”, aconselhou José.

Segundo a psicóloga do CIAP, Fabyanne Wilke, geralmente, os homens chegam ao grupo se sentindo injustiçados. “Eles questionam o porquê de estarem no grupo e cumprir uma medida. Depois de alguns encontros, já se responsabilizam, dizem que poderiam não ter feito. É gratificante ver isso acontecer porque eles começam a ser sujeitos da própria história ao invés de justificar a violência por uma circunstância”, comemorou a psicóloga.

Como funciona o *Homem com H*



Fabyanne Wilke, do CIAP, conduzindo um dos grupos reflexivos

O Coordenador da CIAP, Cláudio Viana, informou que os grupos reflexivos são resultado de uma antiga parceria entre os Poderes Judiciário, através

da Coordenadoria da Mulher, e Executivo, representado pela Sejuc. “Agora, ganhou uma potencialização maior com o entusiasmo da doutora Rosa

Geane, que faz um trabalho brilhante junto aos magistrados. Há uma necessidade que essa seja uma política permanente. Por isso, a Secretaria de Estado da Justiça, junto com o Tribunal, desenvolveu o Programa *Homem com H*, que além de trazer ao Estado a responsabilidade dessa política, para não sofrer descontinuidade, também está ampliando os horários e dias dos grupos para não prejudicar atividades laborais dos homens atendidos”, explicou Cláudio.

Os homens autores de violência são encaminhados pelos Juízes das Comarcas da Grande Aracaju e das audiências de custódia. “O objetivo é que eles desconstruam essa cultura de violência e machismo estrutural que tem vitimizado tantas mulheres. Aqui no CIAP temos xx grupos, cada

um composto por 14 homens, que vêm uma vez por semana. No total, são 16 encontros estruturados em dinâmicas e abordagens que procuram desconstruir todo processo de violência e agressão. Os grupos ocorrem às quintas, pela manhã e tarde. Com o início do Programa *Homem com H*, estamos ampliando para noite e sábados”, esclareceu Cláudio.

Os homens são atendidos por uma equipe psicossocial, que passou seis meses elaborando a metodologia e foi capacitada pelo Instituto Albam, referência quanto à promoção de grupos reflexivos. “Logo que esses homens são inseridos no grupo, no primeiro encontro, temos a sensibilidade de ouvi-los, saber da história deles e o que aconteceu para eles estarem aqui. Eles vão se reconhecendo um no outro. A partir disso, falam como enxergam o relacionamento não só com a esposa, mas com a mãe, irmãs, filhas. Quando estão aqui, abrem a reflexão sobre o que aconteceu”, contou a psicóloga do CIAP.



Cláudio Viana, Coordenador do CIAP, diz que a ideia é ampliar o *Homem com H* para o interior

Conforme Fabianne, todos os temas tratados no grupo são voltados para perspectiva de gênero. “Primeiro, falamos sobre Lei Maria da Penha, o que embasa todo percurso dos nossos encontros. A gente explica quem é Maria da Penha, os motivos que levaram a lei a ser criada e porque é necessário que exista uma lei de proteção à mulher. A partir disso,

falamos sobre as conquistas das mulheres, como o machismo também afeta os homens, paternidade, cuidados com o lar, tipos de violência contra mulher. A gente faz dinâmicas e eles vão aderindo totalmente ao nosso trabalho e realmente se responsabilizam”, salientou a psicóloga.

*os nomes são fictícios para manter a privacidade dos envolvidos

Sergipe conta com grupos reflexivos desde 2015

A Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça articula a criação de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica em Sergipe desde 2012. O primeiro deles foi criado em 2015, resultado do Projeto **Viver Melhor**, uma parceria da Coordenadoria da Mulher e Faculdade Estácio. Além do projeto da Estácio e os novos grupos do CIAP, outros são desenvolvidos nas Comarcas de Moita Bonita, Malhador e Lagarto.

“Recentemente, o Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro, o Cocevid, em parceria com professores universitários, fez um mapeamento nacional dos grupos existentes, metodologia de cada um deles e os resultados. Nosso caminho é passar do atendimento das universidades para o cumprimento do que está na Lei Maria da Penha, no artigo 35, inciso 5º, que é o

Estado se responsabilizando pela execução da medida. E nós aqui em Sergipe já temos isso”, destacou Rosa Geane Nascimento, Juíza Coordenadora da Mulher do TJSE.

Em 2020, por causa da pandemia, foram suspensos os grupos presenciais na Estácio. “No segundo semestre, a professora Ana Luísa realizou dois grupos online. No total,

oito homens, com quatro em cada um. Já o grupo de Lagarto não é acompanhado pela Coordenadoria da Mulher, é uma realização da delegada local, junto a uma professora do curso de Terapia Ocupacional”, explicou Sabrina Leite, Psicóloga da Coordenadoria da Mulher do TJSE.

Reincidência

Segundo a Coordenadoria da Mulher do TJ, a participação nos grupos resulta em uma mudança real, já que boa parte dos homens não voltam a agredir mulheres. “Em geral, segundo pesquisas, a reincidência da prática de violência contra mulher gira em torno de 55% a 65%. Depois que os homens participam dos grupos, esse índice cai para 2,7%. Pelo menos esse era o dado até antes da pandemia. Consideramos para essa contagem homens que reincidiram com a mesma mulher ou até mesmo com outra após a conclusão do grupo reflexivo. Agora, estamos fazendo um



A Juíza Rosa Geane Nascimento lembra que os grupos reflexivos devem ser uma política pública, conforme determina a Lei Maria da Penha

levantamento. Tudo indica que houve um aumento, mas esses dados não estão fechados”, informou Sabrina.

Ainda segundo Sabrina, não é possível afirmar o quanto de mudança ocorre, mas quase sempre os homens começam a refletir sobre algumas ações. “Eles aprendem técnicas para que, no momento de explosão, não ajam da forma como agiram antes. Nem sempre mudam a forma de pensar, mas mudam a forma de agir porque sabem que aquela ação traz consequências. Alguns mudam também a forma de pensar. Os grupos oferecem ferramentas de como

lidar com os sentimentos, frustrações. E isso faz com que eles mantenham um autocontrole maior”, expôs Sabrina.

Onde procurar ajuda?

O atendimento a homens autores de violência nos grupos reflexivos é feito, geralmente, após o encaminhamento do Judiciário. Mas nada impede que o homem busque ajuda especializada. “Em todo esse tempo, tivemos apenas dois casos de homens que procuraram diretamente a Coordenadoria. Esses queriam muito mudar. Perceberam que tiveram relações fracassadas, muito por causa da agressividade. Aí fizemos o encaminhamento”, contou a psicóloga da Coordenadoria da Mulher do TJSE, Sabrina Duarte. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato pelo email **coordenadoriadamulher@tjse.jus.br** ou pelo telefone **(79) 3226-3468**.



A psicóloga da Coordenadoria da Mulher do TJ, Sabrina Duarte, lembra que a reincidência é muito baixa depois que os homens participam dos grupos



Escritório Social foi inaugurado em novembro de 2020

“A gente não quer ganhar cesta básica e nem dinheiro. A gente quer um trabalho digno”

Nos dois primeiros meses de funcionamento, mais de 50 egressos do sistema prisional foram encaminhados pelo Escritório Social para serviços públicos

O dia 7 de julho de 2020 ficou marcado na vida de Ana Paula Silva, de 33 anos. Foi a data em que ela saiu do Presídio Feminino de Sergipe, depois de cumprir a pena. Em dezembro, ao se apresentar ao Judiciário, pediu socorro. Com a mãe passando por um tratamento de câncer e quatro filhos para criar, de 16, 14, 9 e 7 anos, ela precisava muito de um trabalho. “Foi então que me indicaram o Escritório Social. Eu disse lá que não estava aguentando mais. Que para todo mundo a vida estava pesada, mas para mim um pouco mais, por causa da situação da minha família.

E também por ser ex-presidiária, as portas se fecham”, contou Ana Paula.

Ela foi acolhida pela equipe do Escritório Social, que foi inaugurado em novembro de 2020, no Fórum Olímpio Campos, no conjunto Orlando Dantas, em Aracaju. No local, onde foram atendidas mais de 50 pessoas somente nos dois primeiros meses, o objetivo principal é oferecer a quem sai dos presídios, após cumprimento da pena, uma oportunidade de acesso a serviços de áreas como saúde, educação, moradia e qualificação profissional.

Criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2016, o Escritório Social funciona em esquema de gestão compartilhada entre o Poder Judiciário e o Executivo.

Assim, apesar de localizado no fórum, os psicólogos e assistentes sociais que trabalham no Escritório Social são servidores do Governo do Estado de Sergipe. Além de atenderem os egressos, esses profissionais articulam a rede de políticas públicas para que as demandas sejam efetivadas. “A gente não faz nenhuma política nova. Apenas acionamos o que já existe dentro do



Roberta Santos Cruz, assistente social e Coordenadora do Escritório Social de Sergipe

território em que a pessoa resida ou dentro do âmbito do Estado”, explicou Roberta Santos Cruz, assistente social e Coordenadora do Escritório Social de Sergipe.

Conforme Roberta, a ideia é fazer com que os egressos não retornem para uma situação de vulnerabilidade. “O objetivo é que eles não voltem para o meio que acarretou a reclusão em algum momento da vida. Então, a gente faz os encaminhamentos que precisam, para área da saúde, Centros de Referência de Assistência Social, mercado de trabalho”, exemplificou. As demandas mais comuns são relativas a documentação cível, a exemplo do RG; cujo encaminhamento é feito para o Instituto de Identificação. Muitos também procuram por emprego. Nesses casos, a parceria é feita com o Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT), do governo do Estado, e Fundação Municipal de Formação para o Trabalho (Fundat), da Prefeitura de Aracaju.

“A gente costuma dizer que o Escritório é uma engrenagem motora que faz a roda da vida da pessoa mudar de direção. Mostramos para ela que tudo tem uma saída,

uma alternativa quando há um suporte. A partir da conversa que os egressos têm como nossa equipe e dos instrumentos técnicos de cada profissão, vamos mapeando as demandas. E não fica por aí. Fazemos o acompanhamento conjunto com a rede e com o egresso que está sendo atendido. Buscamos saber como os fluxos são construídos e pedimos retorno dos atendimentos”, explicou Roberta.



Quem quiser comprar o artesanato de Ana Paula, pode entrar em contato com o Escritório Social de Sergipe

Vida nova

A mudança na vida de Ana Paula foi resultado de dois fatores importantes: a decisão de não cometer antigos erros e o apoio do poder público. Assim que procurou ajuda no Escritório Social, ela foi encaminhada para o NAT, onde fez cursos de boneca criativa e amigurumi, técnica japonesa para criação de bonecos de crochê. A dedicação foi tamanha que, além dos certificados, Ana Paula hoje tem carteira de artesã profissional. E mais, foi convidada pelo NAT para ser instrutora de cursos.

“A gente não quer ganhar cesta básica e nem dinheiro. A gente quer ter um trabalho digno. Eu sei que agora, sendo instrutora, vou poder ajudar muitas mulheres a não caírem no abismo que eu caí por falta de oportunidade. O Escritório me ajudou muito. Roberta foi um anjo. Mas eu fiz a mudança na minha vida”, desabafou Ana Paula satisfeita. Além de instrutora, hoje ela vende, divulga seus produtos pelo WhatsApp e já mandou peças até para São Paulo. “Eu disse a Roberta que até privada eu poderia lavar, se fosse preciso. A gente só precisa de uma força”, enfatizou a artesã.

CNJ acompanha o trabalho dos Escritórios Sociais espalhados pelo Brasil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de ter idealizado o Escritório Social, acompanha o trabalho que já é executado em 17 Estados. Em Sergipe, a Coordenadora Estadual do Programa *Fazendo Justiça*, Isabela Cunha, explica que, bem antes da inauguração, foi oferecido apoio técnico no processo de implantação, ajustando a modelagem do serviço conforme a realidade local. “Após o início das atividades, temos acompanhado a implementação das metodologias no Escritório Social e apoiado as articulações para realização e ampliação das parcerias locais”, explicou Isabela.



Equipe do CNJ esteve em Sergipe para a inauguração do Escritório Social, em 2020

O CNJ também monitora as ações a distância, em razão das restrições sanitárias, e por meio de oferta de processos formativos e dialógicos com equipes dos Escritórios Sociais. “No programa *Fazendo Justiça*, parceria do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem um eixo voltado a ações de cidadania e para pessoas egressas e pré-egressas do sistema prisional, a partir do qual será lançado, em breve, *Guia para monitoramento dos Escritórios Sociais* e um *Manual de Organização dos Processos Formativos*”, informou Sandra Andrade, assistente técnica do *Fazendo Justiça*.

Além disso, em 2020, foram publicados três cadernos de gestão dos Escritórios Sociais: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas; Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional; e Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais. “Por fim, o CNJ realiza um procedimento padrão de monitoramento de suas resoluções, o CumprDec, no qual está em análise o monitoramento da Resolução 307/2019, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas no âmbito do Poder Judiciário”, completou

Felipe Athayde, coordenador do Eixo 3 do Programa *Fazendo Justiça* (Cidadania - Inserção socioeconômica e atenção a egressos).

A previsão do CNJ é que até o final no primeiro semestre deste ano, existam em todo país 30 Escritórios Sociais pactuados. Ainda há a previsão do desenvolvimento de um software de gestão dos Escritórios Sociais, o que permitirá a produção, coleta e sistematização de dados em âmbito nacional. Outra novidade é que o CNJ pretende lançar, no mês de abril, o aplicativo Escritório Social Virtual, que permitirá ampliar o alcance das ações junto ao público egresso do sistema prisional.

SERVIÇO

Escritório Social

Endereço: Avenida Central 3, s/n

Conjunto Orlando Dantas, Aracaju/SE, próximo ao Colégio Barão de Maruim

Horário de atendimento: 7 às 12h30, de segunda a sexta-feira

Telefone: (79) 3251-9842

O serviço é porta aberta, ou seja, o egresso não precisa de encaminhamento para procurar ajuda no Escritório

COM SAÚDE NÃO SE BRINCA

Vacina contra Covid-19 é segura e deve ser tomada por todos

Além dos postos de saúde, idosos de Aracaju foram vacinados em sistema drive thru, no Parque da Sementeira

Diretora do Centro Médico do TJSE fala sobre adesão à campanha e cuidados a serem seguidos até a vacinação

A campanha de vacinação foi iniciada no Brasil em janeiro e apesar da superoferta de informação sobre os avanços da ciência, muitas pessoas ainda não acreditam na eficácia das vacinas. A Diretora do Centro Médico do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), a clínica geral Luciana Nobre, explica porque a população deve aderir à campanha de vacinação, fala sobre a continuidade das medidas de proteção e informa como é desenvolvido o Protocolo do Centro Médico para os casos suspeitos ou confirmados de contaminação pelo coronavírus.

Adesão à campanha

“A adesão é essencial porque até hoje, apesar dos estudos da comunidade científica do mundo inteiro, não se descobriu nenhuma medicação que seja comprovadamente eficaz no combate ao vírus SARS-CoV-2, que é o vilão da Covid e que vem assolando o mundo inteiro. Não existe um estudo que comprove a existência de uma medicação eficaz. A luz no fim do túnel chegou com a vacina. Sabemos que só com a vacinação em massa é que poderemos ter o controle da

pandemia. Por isso, é essencial que o maior número de pessoas seja vacinado para que a gente tenha essa possibilidade de voltar à vida normal”.

Confiabilidade das vacinas

As vacinas são confiáveis, tanto na eficácia quanto na segurança. Elas passam por um processo de testagem. Apesar de terem sido aprovadas emergencialmente, com estudos mais rápidos por causa da pan-



Luciana Nobre explica que o Centro Médico do TJSE acompanha os casos de servidores infectados pela Covid-19

demia, toda comunidade científica já tinha um *kown how*, um conhecimento de como fabricar vacinas. Ou seja, não foram estudos isolados. Quem conhece de fabricação de vacina sabe que os estudos são antigos. No Brasil mesmo temos um histórico importante, com o controle de doenças como poliomielite e sarampo. Então, eles sabem muito bem o que estão fazendo. As vacinas passam por agências de controle, tanto lá fora, nos Estados Unidos e Europa, como aqui no Brasil. Só é liberada aquela vacina testada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, e aprovada. As vacinas são seguras sim e a população deve tomar o quan-

to antes. A primeira que chegar, que tiver no grupo de prioridade para vacinar, deve vacinar sim.

Como se proteger até ser vacinado

Sabemos que até a chegada da vacina, o único meio de controle de propagação do vírus é através das medidas de segurança. Aquelas medidas que a gente adotou desde o início da pandemia. É necessário que a sociedade tenha consciência de que, atualmente, essas medi-

das ainda são as mais eficazes no combate à propagação do vírus. E entre essas medidas estão o uso da máscara, a higienização das mãos, a higienização do ambiente de trabalho e de casa. Lavar as mãos com água e sabão é fundamental. Na ausência da água e sabão, o uso de outros meios, como o álcool 70%, líquido ou em gel. Além de, claro, evitar aglomeração. O que a gente chama de distanciamento físico, distanciamento social. Pelo menos, estar a uma distância a mais de um metro do outro, sempre com a proteção da máscara.

Imunidade coletiva

A gente sabe que a imunidade coletiva, que deverá realmente controlar a pandemia, só será atingida quando pelo menos 60% da sociedade for vacinada. Só para se ter uma ideia, no final de fevereiro, no Brasil, somente pouco mais de 3% dos brasileiros tinham sido vacinados. Creio que vai demorar um pouco para gente ter esse alívio da pandemia. Até lá, o recurso de controle que temos é a máscara, higienização das mãos, isolamento social e evitar aglomeração. E é preciso que a sociedade

chegue a essa conscientização para que a gente não veja mais esse cenário de tragédia que temos vivenciado no Brasil e no mundo, infelizmente.

Acompanhamento do Centro Médico

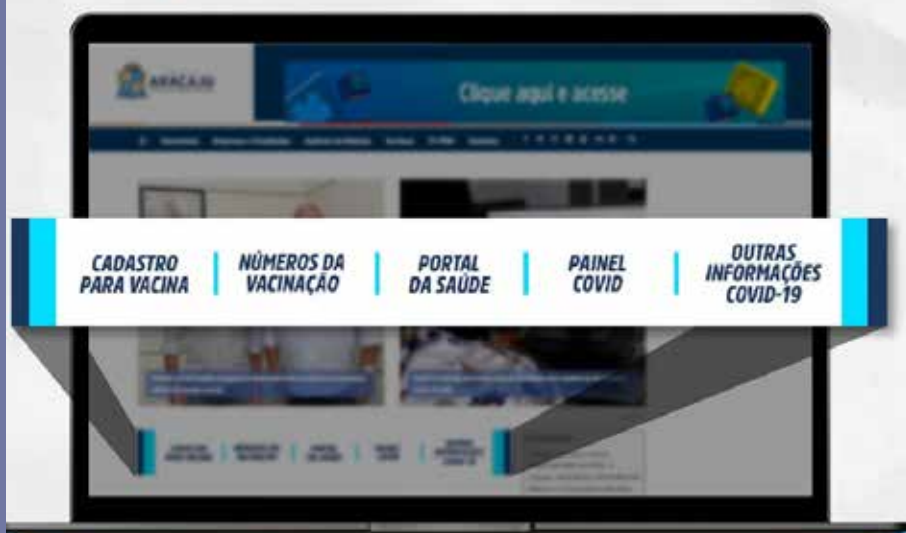
O Centro Médico vem acompanhando todos os casos que chegam ao nosso conhecimento. Temos disponibilizado canais de comunicação, ramais aqui do setor e até telefones pessoais dos servidores para

que se houver suspeita de casos sejamos avisados. Temos como protocolo o afastamento de todos os casos que são suspeitos ou contactantes. Contactantes são aqueles que tiveram contato com o suspeito ou com o caso positivo. Eles são afastados do trabalho presencial, por pelo menos dez dias, ou até que tenha resultado negativo. E os casos positivos também são notificados e afastados por um período um pouco maior, a depender da sintomatologia que se apresenta. Em regra, 14 dias. Mas a gente sabe que há casos que evoluem para uma gravidade maior e eles precisam de um tempo maior de afastamento.

COMO SE VACINAR?

1

Acesse o site da Prefeitura
<http://aracaju.se.gov.br/>
e clique no banner Links Úteis



O Centro Médico do TJSE orienta a servidores e magistrados que fiquem atentos às campanhas de vacinação promovidas pelo Poder Executivo. Em Aracaju, por exemplo, é possível fazer um cadastro no site da Prefeitura: www.aracaju.se.gov.br > Cadastro para vacina. Nesse link, o usuário deverá preencher um formulário, anexar documentos, como comprovante de residência, e aguardar um código que será enviado na fase oportuna, informando a data e local de vacinação. Tanto na capital quanto no interior, também existe a opção de atualizar o cadastro junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) na Unidade Básica de Saúde mais próxima da residência.

“Nunca sonhei em ser Juiz e sequer ser Presidente do Tribunal”

Desembargador José Alves Neto relata sua trajetória na judicatura e revela como os pais o incentivaram a estudar

Nascido no município de Pinhão (SE), José Alves Neto sonhava em ser vaqueiro. Mas os pais – Manoel Alves de Souza e Júlia Alves – tinham outros planos para o garoto, que foi enviado para Aracaju, após concluir o antigo Primário, para estudar no Colégio Jackson de Figueiredo, que funcionava como um internato. Na primeira fuga, o pai o levou

de volta à escola. O Ginásio, atual ensino médio, foi cursado no Colégio Atheneu.

O investimento nos estudos deu os primeiros resultados quando o rapaz ingressou na Faculdade de Direito de Sergipe, formando-se em 1966. Na mesma época, foi aprovado em um concurso do Banco do Brasil, sendo designado para trabalhar



Com a mãe, Júlia Alves

na cidade de Lagarto, onde também advogou em pequenas causas. Passou no concurso para Juiz do Tribunal de Justiça de Sergipe em 1970, atuando como Juiz em Porto da Folha, Tobias Barreto e Itabaiana. Na década de 1980, foi promovido para Aracaju, onde foi Juiz da Vara da Fazenda Pública.

Chegou ao 2º Grau de jurisdição em 2002, pelo critério de antiguidade. Foi empossado Presidente do TJSE, para o biênio 2011-2013, em 1º de fevereiro de 2011. Prestes a completar 79 anos, no dia 18 de julho, a revista *Judiciarium* traz alguns trechos da entrevista concedida ao *Projeto Vivas Memórias*, no dia 31 de julho de 2018.

Incentivo paterno

“Meu pai era um homem que sabia ler e escrever, mas nunca esteve em uma escola. Ele dizia

que a riqueza do homem era o saber. Ele sempre falava que eu deveria ser Juiz. Na época, eu era negociante de tecidos e via aquele movimento da fazenda, aí perdi o gosto pelos estudos. Mas ele me forçou a estudar”.

Juiz no interior

“Quando passávamos na rua, o povo tirava o chapéu para o Juiz. Era muito diferente.



Sendo empossado como Presidente do TJSE, no dia 1 de fevereiro de 2011, pelo Des. Roberto Porto

A gente dava expediente na Prefeitura. Em Porto da Folha mesmo, a Prefeitura funcionava em uma casa velha. Já em Tobias Barreto, tinha um fórum que era condizente. Juiz do interior. Não tínhamos os recursos que temos atualmente. Hoje é um céu. Certa vez, fui inaugurar um fórum em Campo do Brito, construído pelo Desembargador Roberto Porto, e fiquei maravilhado. Pensei, meu Deus, por que no meu tempo de Juiz não tinha um fórum desses, para morar com minha família?”

Desembargador

“Ser Desembargador é muito mais fácil do que ser Juiz. O Desembargador tem uma equipe preparada. E isso ajuda muito. Como Juiz, no início, não tinha sequer assessor. Depois de muito tempo, tive um”.

Presidente do TJ

“Nunca sonhei em ser Juiz e sequer ser Presidente do Tribunal. Meu receio em ser Presidente era como eu poderia ordenar as despesas

de um Poder. O magistrado não é economista. Mas com a equipe do Tribunal, que veste a camisa, eu me senti muito à vontade. Quando surgia alguma dúvida, pedia orientação ao Desembargador Roberto Porto, que tinha mais experiência e é uma pessoa sem vaidade nenhuma. Poucos Presidentes conseguiram, não porque não quiseram, dar um aumento de 10% aos servidores. Sempre dialoguei com todos. Temos um Judiciário que é referência nacional e, assim, consegui vencer. Saí da Presidência com a sensação de dever cumprido, muito feliz”.





Des. Edson Ulisses de Melo

Presidente do Poder Judiciário de Sergipe
e autor do livros Reflexões Cidadas e Sabedoria Popular I e II.



Esse tal de "Zap Zap"
É negócio interessante
Eu que antes criticava
Hoje teclar a todo instante.
Quase nem durmo ou almoço.
E quem criou esse troço
Tem uma mente brilhante.

Quem diria que um dia
Eu pudesse utilizar
Calculadora e relógio
Câmera de fotografar.
Tudo no mesmo aparelho
Mapa, calendário, espelho
E telefone celular.

E agora a moda pegou
Pelas "Redes Sociais"
É no "Face" ou pelo "Zap"
Que o povo conversa mais.
Talvez não saiba o motivo
Que esse tal de aplicativo
É mais lido que os jornais.

Eu acho muito engraçado
Porque muita gente tem
Um Grupo só pra Família
Um do Trabalho também.
E até aquele contato
Que só muda de retrato
Mas não fala com ninguém!

Tem o Grupo da Escola
O Grupo da Academia
Grupo da Universidade
O Grupo da Poesia.
Tem o Grupo das Baladas,
Das Amigas Mais Chegadas
E o da Diretoria.

Tem quem mande oração,
"Bom dia!", de vez em quando
Que só mande figurinhas
Quem só fica reclamando.
Nos Grupos é que é parada
Dia, noite, madrugada
Sempre tem alguém teclando.

Cada um que analise
Se é bom ou se é ruim
Ou se a Tecnologia
É o começo do fim.
Talvez um voto vencido
Porém o Zap tem sido
Até útil para mim.

Eu acho que a Internet
É uma coisa muito boa
Tem coisas muito importantes
Porém muita coisa à toa.
Usar de forma acertada
Ou, por ela, ser usada
Vai depender da pessoa.

Comunicação é bom
Vantagens que hoje se tem
Feliz é quem tem amigos
Fora das Redes também.
A vida só tem sentido
Quando o que é permitido
É aquilo que convém.

Pra quem meu verso rimado
Acabou de receber
Compartilhe esta mensagem
Que finaliza a dizer:
"Viva a vida intensamente
Porque é pessoalmente
Que se faz acontecer!"

'Esse tal de Zap Zap', autora Izabel Nascimento, cordelista sergipana. Extraído do livro Sabedoria Popular II, pág. 155, do Desembargador Edson Ulisses de Melo.

6:00 PM ✓✓



Type a message



**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

Disque 159

www.tjse.jus.br/ouvidoria



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE



- CURSOS PARA MAGISTRADOS -

- CURSOS PARA SERVIDORES -

- CURSOS PARA O PÚBLICO EXTERNO -



3226-3318/3166/3364
www.tjse.jus.br/ejuse/

ejuseadministrativo@tjse.jus.br
ejusemagistrado@tjse.jus.br
ejuseexterno@tjse.jus.br
ejuseservidor@tjse.jus.br
ejuserevista@tjse.jus.br
ejusepos@tjse.jus.br